



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

[eccos@uninove.br](mailto:eccos@uninove.br)

Universidade Nove de Julho

Brasil

Prado Ferraz de Carvalho, Celso do  
TRABALHO E FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA BURGUESIA INDUSTRIAL  
EccoS Revista Científica, vol. 11, núm. 2, julio-diciembre, 2009, pp. 549-568  
Universidade Nove de Julho  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512786013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# TRABALHO E FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA BURGUESIA INDUSTRIAL

**Celso do Prado Ferraz de Carvalho**

Mestre e Doutor em Educação – PUC-SP; Docente do programa de Pós-Graduação em Educação – Uninove. São Paulo – SP [Brasil]  
[cpfcarvalho@uol.com.br](mailto:cpfcarvalho@uol.com.br)

Este artigo tem como objetivo apresentar resultados de uma pesquisa sobre a relação universidade – empresa, com base no itinerário percorrido por uma instituição orgânica da burguesia, o Instituto Euvaldo Lodi, fundado em 1969 e mantido pela Confederação Nacional da Indústria. Busca-se mostrar o Instituto como parte de um movimento maior da burguesia: o de influenciar na definição das políticas públicas com o objetivo de transformar a universidade em um espaço próximo aos interesses da indústria. De acordo com a perspectiva gramsciana de intelectual orgânico, a pesquisa analisa as transformações no discurso e nas falas dos dirigentes do Instituto ao longo do tempo, sua relação com as mudanças na diretoria da CNI e com a conjuntura política do País. Por fim, mostra como o Instituto participou, na década de 1990, da disseminação das teses da chamada pedagogia da qualidade total, assumindo um novo discurso e redefinindo suas práticas e ações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Burguesia. Educação. Intelectual orgânico. Políticas públicas.

## 1 Introdução

Estudos diversos e amplamente divulgados caracterizam a década de 1990 como um período marcado por um processo político que, entre outras questões, ficou marcado por um conjunto de ações políticas que produziram uma nova configuração do Estado no Brasil, notadamente na relação entre o público e o privado. Genericamente é possível afirmar que esse processo se constituiu em um movimento de atualização histórica, que procurou responder, entre outras questões, às demandas postas pelos processos de intensificação da crise que assolavam o capitalismo desde o final da década de 1960. Nesse contexto, o grupo político que se tornou hegemônico e ganhou densidade histórica no governo de FHC encaminhou um amplo processo de mudanças na normatização e regulação das relações sociais. No conjunto das políticas públicas encaminhadas pelo governo, a educação foi alçada à condição de espaço privilegiado a ser reformado. Sob o argumento de que as novas formas de organização do trabalho e produção exigiriam um novo perfil de qualificação profissional dos trabalhadores foi posto em movimento um amplo conjunto de medidas que visavam adaptar o sistema escolar a essas necessidades. Nesse mesmo movimento, o discurso oficial preconizava a necessidade de se aumentar a escolaridade da população para melhorar as condições de inserção da economia brasileira no contexto mundial, agora marcado pela globalização da economia. Esse amplo movimento reformista ganhou adesão de quase toda a mídia, dos empresários, de parcelas do movimento sindical e de algumas instituições representativas dos trabalhadores da educação. De um modo geral é possível afirmar que as premissas que orientaram o governo de FHC tiveram continuidade no governo Lula, em que pese certas singularidades assumidas pela política educacional.

Um fato que, nesse contexto, chama a atenção é a elaboração do discurso da burguesia-orgânico articulado. Em uma ação bem coordenada, diferentes instituições representativas dos interesses empresariais passaram a veicular

a necessidade de se reformar o sistema escolar brasileiro, atribuindo a ele as dificuldades enfrentadas por amplos setores produtivos, diante da competição internacional. A educação passou a ser anunciada como o espaço privilegiado e capaz de melhorar as condições sociais da população, das empresas e do País. Em forte sintonia com o discurso oficial do governo e das agências multilaterais, a ação política dos empresários ganha grande dimensão e a defesa que fazem da necessidade de uma educação básica de qualidade, de um ensino técnico mais dinâmico, de uma universidade mais sintonizada com as demandas da indústria e, em suma, de uma educação capaz de formar o cidadão crítico e o trabalhador qualificado ocuparam grande espaço no debate da década de 1990.

Em um primeiro momento vários estudos mencionavam o novo perfil da inserção dos empresários no debate educacional, não mais restrito à questão da formação técnica e da qualificação profissional, mas também apontando para a necessidade de uma educação básica de qualidade e do aumento da escolaridade da população. Estaríamos, então, diante de um momento em que, a aproximação dos empresários com a educação, refletiria uma mudança em que o pragmatismo e a imediatividade estariam sendo substituídos por uma perspectiva de longo prazo e por uma ação planejada e articulada para influenciar na definição das políticas públicas para a educação. Atribuía-se assim, o caráter de inovação, de uma nova postura diante das ações educacionais.

Entendemos que as relações entre os empresários, a educação e a produção de políticas educacionais, quando compreendidas como fenômenos isolados ou sujeitas a interesses específicos de um determinado momento, se tornam impeditivas para apanhar o que nelas há de orgânico, durador e estratégico, ou seja, a historicização da ação política da burguesia se constitui no melhor itinerário para compreender o sentido de sua ação. Tal perspectiva nos permite compreender melhor os interesses da burguesia no processo de institucionalização dos sistemas escolares no transcorrer do período republicano e

no contexto de outras instâncias que demarcam a vida social contemporânea. Pode nos ajudar também a entender como se deu o processo de amoldamento das relações sociais, desenvolvidas e constituídas na sociedade capitalista, pela perspectiva posta em movimento pela burguesia, que, de forma contínua, sofre a interferência das circunstâncias e das especificidades de cada momento, das necessidades políticas, impostas pelos mais diversos processos sociais, e da necessária acomodação e composição ideológica estabelecida entre os diversos segmentos das elites brasileiras.

Sem desconsiderar o papel importante que a família ocupou no processo de formação do sujeito no contexto da modernidade republicana, cabe ressaltar que a escola foi a instituição que melhor representou e institucionalizou esse processo. A escola tornou-se uma das garantias para a continuidade e manutenção do projeto republicano. A ação da burguesia na esfera educacional não se limitou apenas e tão somente a ser uma resposta às necessidades e às condições impostas pelo desenvolvimento econômico, ou de formação e especialização da força de trabalho, mas também como condição necessária para a construção de um projeto de sociedade – a modernidade – em que ela é, em princípio, uma das forças políticas atuantes, tendo de disputar, nesse trajeto, espaços e projetos de hegemonia com outras instituições, como a Igreja.

Situar as relações entre os empresários e a produção de políticas públicas para a educação no contexto de construção de um projeto hegemônico para a modernidade implica considerar que esse processo deve ser entendido como tendencial, em perspectiva, pois tanto o sistema escolar como a constituição do pensamento burguês são elementos de longa duração, não sendo possível apreendê-los em um período específico. Importante também chamar a atenção para o fato de que a constituição da modernidade e sua expressão como um movimento de alcance mundial é marcado por diferentes temporalidades, à medida que esse processo, de mais de 200 anos de história, não percorreu o mesmo itinerário em todos os espaços em que se sedimentou, da

mesma forma que os embates políticos presentes em sua constituição deram-se por meio de diferentes forças sociais ao longo do tempo.

A produção historiográfica sobre a constituição da modernidade no Brasil, notadamente aquela interessada em compreender a constituição dos sistemas escolares, produzida sob o rótulo de história da educação, construiu uma representação do papel desempenhado pelo Estado, atribuindo-lhe o protagonismo na constituição das políticas públicas para a educação, o transformando em agente central desse processo. Dessa forma, outros agentes sociais de enorme importância para a compreensão histórica, como os empresários, os trabalhadores, os sindicatos, os partidos políticos, os intelectuais de várias matizes e outros personagens foram parcial ou totalmente negados por essa produção.

A intenção de destacar essa lacuna na produção historiográfica brasileira se deve ao fato de ela ter sido, em vários momentos, elemento central para uma compreensão limitada do papel desempenhado pela burguesia na história da educação brasileira. Ao mesmo tempo ela contribuiu para uma leitura equivocada sobre a recente participação dos homens de negócio no debate educacional e na produção das políticas públicas, notadamente nas últimas décadas. Em alguns momentos esta participação é apresentada como uma mera reação às mudanças ocorridas nos processos produtivos recentes e às necessidades de trabalhadores providos de novas habilidades, conhecimentos e qualificação profissional. Portanto, é uma leitura que apresenta os empresários como novos personagens do debate educacional. Em razão disso, entendo ser importante discutir o papel dos empresários em uma perspectiva de longo prazo, que procure compreender as ações por eles desencadeadas com a intenção de influir nas políticas públicas e na defesa de seus interesses como um processo marcado pela estreita vinculação com as ações desenvolvidas pelo Estado.

A proposta deste artigo é analisar a inserção dos empresários no debate educacional e sua ação para definir os rumos das políticas públicas para a

educação por meio do Instituto Euvaldo Lodi. Esse instituto, que surge no contexto da radicalização do regime ditatorial, como uma ação desencadeada por um segmento importante da burguesia nacional, buscou criar uma nova forma de influenciar as políticas públicas para a educação e, especificamente, os rumos da educação superior no Brasil.

## 2 O surgimento do Instituto Euvaldo Lodi

O IEL foi fundado em janeiro de 1969 por um grupo de empresários vinculados à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (1969) em um contexto político marcado pela edição do AI-5, pela repressão política e pela violência institucionalizada. No ano anterior, parte desse grupo teve participação ativa em dois acontecimentos da maior importância: o fórum “A Educação que nos convém”, evento organizado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e no Grupo de Trabalho formado pelo governo e dirigido pelo coronel Meira Matos, que serviu de base para a Reforma Universitária de 1968.

Nos dois eventos, os empresários sugeriram políticas públicas que possibilitassem uma relação mais próxima entre a universidade e a empresa. Faziam a defesa de uma universidade mais produtiva, portadora de ideias e princípios mais próximos da iniciativa privada e que possibilitasse a transformação do conhecimento produzido na universidade em melhores produtos na indústria. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI) essa proximidade criaria as condições para um rápido desenvolvimento econômico do País e a expansão dos princípios da livre iniciativa.

Um caráter imediatista e pragmático esteve presente na fundação do IEL. Para os empresários:

A parceria entre a universidade e a indústria contribuiria para aprimorar a produtividade industrial e para interferir, de forma mais direta, na formação da futura elite dirigente brasileira;

Com isso obter-se-ia a melhoria dos padrões de qualidade nas fábricas, criar-se-ia e aperfeiçoar-se-ia produtos que, conseqüentemente, impulsionariam o parque industrial;

Em perfeita sintonia com o autoritarismo da ditadura civil-militar, e interessados diretos nos resultados e desdobramentos do movimento estudantil, acreditavam que uma das saídas para refluir esse movimento e tirar os estudantes das ruas era motivá-los a usar sua energia dentro das empresas.

A interação entre a universidade e a indústria tornar-se-ia, assim, o objetivo central a ser alcançado pelo instituto ao longo de sua história.

As concepções de mundo criadas pela burguesia decorrem da ação desenvolvida por suas instituições orgânicas, contribuindo para tornar hegemônico seu pensamento e interesses. Importantes estudos que procuraram compreender as ações da burguesia, tendo como base as instituições orgânicas criadas em diferentes momentos de nossa história, nos ajudam a fundamentar essa perspectiva. Segundo Antonacci (1993), o Idort se constituiu uma instituição orgânica e expressão do movimento político da burguesia, que, por meio da tecnificação da política, tentou criar as condições para a racionalização dos conflitos e das questões sociais a partir de seus interesses, influenciando, na elaboração das políticas públicas. A burguesia paulista possuía entre os anos 1930 e 1945 um projeto de sociedade que perpassava a educação e, dessa forma, procurava influenciar as políticas públicas tanto no sentido de racionalizar a administração pública, quanto de interferir no modelo de escola e de educação.

Dreifuss (1981) afirma que, na condição de representante das forças políticas vinculadas às classes dominantes, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (1969) agiu como uma típica instituição orgânica, articulando, de vários espaços e interesses, ações com o objetivo de construir uma nova



1 Empresário e 1º Diretor Geral do IEL. Pertenceu aos quadros do IPES, desde sua fundação, à Escola Superior de Guerra (ESG) e à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), foi membro do Conselho Nacional de Classes Produtoras, Presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro e dono da Cia Bhering S. A. Sociedade Alimentícia. Nos anos anteriores a 1964 foi um ardoroso crítico do ISEB e conspirou contra o governo de Goulart em tempo integral.

hegemonia. Consumado o golpe, as forças políticas aglutinadas em torno do Instituto ocuparam vários espaços na administração pública. No caso específico da educação, as propostas elaboradas pelo Instituto, principalmente nos seminários que ele realizou, foram parcialmente incorporadas nas reformas educacionais do fim da década de 1960 e início da década de 1970.

Nosso objetivo ao localizarmos o Idort e o IPES é o de historicizar a ação da burguesia e suas diferentes formas de ação. Apontar para o fato de que no os interesses das classes dominantes com a educação não são produtos de uma ação isolada no tempo, mas sim, estão presentes em todo o processo de constituição da modernidade no Brasil. Essa leitura nos permite entender os processos de institucionalização da educação e de regulação dos espaços escolares no tenso e intenso processo de disputas políticas geradas pela luta de classes.

### 3 O IEL como uma instituição orgânica da burguesia

A fundação do IEL ocorreu no contexto do fórum “A educação que nos convém” e da reforma universitária, de 1968. Nos dois acontecimentos, os debates foram profundamente influenciados pelos acontecimentos políticos do momento, principalmente pelo movimento estudantil. A relação universidade-indústria ou, o estabelecimento de um processo de formação mais próximo da realidade foi uma das teses mais defendidas tanto no fórum quanto por aqueles (muito poucos) que participaram da elaboração da reforma. (cf: IPES, 1969; GTRU, 1968).

Para Jorge Bhering de Mattos<sup>1</sup>, o IEL deveria iniciar entendimentos com o Ministério da Educação para possibilitar a criação de oportunidades para as empresas transformarem o conhecimento produzido na universidade no desenvolvimento de novos produtos, de melhor qualidade e que proporcionariam maiores ganhos para o País. Essa perspectiva pragmática dos

empresários em relação à universidade não surgiu em 1968 e nem se esgotou posteriormente. Possibilitaria também desencadear uma ação visando a construção de uma nova imagem do empresariado perante o estudante. Na compreensão de vários empresários participantes do fórum, o anticapitalismo do movimento estudantil decorria da falta de informações, conhecimento e clareza dos estudantes acerca da importância da empresa privada no processo de desenvolvimento econômico do País.

As ações do IEL, ao aproximar a universidade da indústria, poderiam encaminhar, de forma favorável, duas questões postas, naquela conjuntura, e que foram objeto de amplos debates no fórum. A primeira delas era a crítica que faziam ao funcionamento da universidade, que não tornava a produção de seu conhecimento algo útil à indústria. Defendiam a tese de que a fundação do IEL possibilitaria maior participação dos empresários nos destinos das universidades, inclusive com a ocupação de espaços nos conselhos superiores, criando as condições para a reversão dessa situação. Para as empresas as vantagens advindas dessa proximidade seriam enormes. Convênios possibilitariam maior intercâmbio entre técnicos das empresas e acadêmicos, com a consequente utilização do saber gerado pelas universidades em produtos de melhor qualidade. Traria também vantagens para as universidades que, por meio do contato direto com o setor produtivo, poderiam aprimorar seus currículos e processos formativos, adequando-os à realidade do mundo do trabalho, cumprindo-se, assim, um dos objetivos traçados pela reforma universitária.

A segunda questão dizia respeito às inquietações geradas pela radicalização da luta política e dos caminhos trilhados pelo movimento estudantil em 1968. Articuladores do IEL no IPES e na CNI entendiam que a repressão, embora necessária, não resolvia o problema. Partindo do suposto que os estudantes estavam sendo manipulados pela esquerda, entendiam que era necessário um trabalho de aproximação, que permitisse mostrar aos estudantes a importância da propriedade privada, da liberdade e da competitividade. Defendiam que o IEL poderia realizar essa aproximação por meio dos estágios

supervisionados. Dessa forma, seria possível mostrar aos estudantes a necessidade da empresa privada e do capital para a sociedade, além de afastá-los do convívio perigoso com as organizações de esquerda. Estabelecia-se, assim, uma estratégia, que se bem articulada e efetivada, criaria as condições para o contato entre os estudantes e a indústria e para a compreensão da função social da empresa privada. (cf NASCIMENTO E SILVA, 1969; RIBEIRO, 1969; PAIVA, 1969)

Não podemos afirmar aqui em que medida a criação do Instituto foi determinada pelas questões acima levantadas. Há indícios de que no grupo de pessoas que participaram da elaboração do projeto IEL, algumas entendessem que o movimento estudantil não possuía dimensão que justificasse a criação do IEL. Dessa forma, esse grupo defendeu a fundação do instituto com o objetivo de criar as condições para que a empresa se apropriasse, de forma mais imediata, do conhecimento gerado na Universidade. No entanto, também é verdade que algumas pessoas realmente entendiam que o movimento estudantil possuía capacidade de desestabilizar o regime. Acreditavam que a fundação do IEL poderia representar uma ação mais efetiva das classes dominantes para interferir e controlar o movimento estudantil. (cf: IEL, 1969b) As consequências da edição do AI-5 no processo de desmobilização e repressão dos movimentos sociais não nos permitem dimensionar qual o papel do IEL, se é que houve, na desmobilização do movimento estudantil.

#### 4 Os primeiros anos do IEL

Os anos iniciais do IEL foram marcados por enormes dificuldades financeiras e de implementação de projetos. Em geral, não havia experiência acumulada e nem capacidade gerencial nos quadros iniciais do instituto que fossem capazes de dar conta das necessidades que a situação exigia. No início, mais do que interferir ideologicamente na formação dos estudantes, o que

movia as ações do IEL era a busca de convencer os empresários que a ser trabalho desenvolvido era importante. Procurava criar no sistema CNI um espaço para sua ação e legitimação em meio à enormes resistências. Tal situação, em que prevaleciam o desinteresse de uns e o voluntarismo de outros marcaria as ações do instituto, em grande parte de sua história. Com isso, o IEL não conseguia definir sua razão de ser e nem suas fontes de financiamento, situação que marcaria seu início e se constituiria em obstáculo para viabilizar as ações iniciais do instituto.

Como compreender essa situação. Seria ela decorrente da solução que o AI-5 deu ao movimento estudantil, ou seja, o Instituto não recebia recursos e não desenvolvia com intensidade suas atividades porque a razão de sua fundação, a contenção do movimento estudantil, estava solucionada? Da mesma forma, teria a implantação da reforma universitária realizado uma maior proximidade entre a universidade e a empresas tornando sem sentido as ações do IEL? Análise das Atas das reuniões do Conselho Superior do IEL<sup>2</sup> no período, e outros documentos produzidos pelo Instituto à época, mostram que a crise financeira foi resultado do desinteresse geral dos empresários com os objetivos do IEL. Entendiam que a Universidade teria pouco a contribuir com a indústria, além de não sentirem no instituto capacidade para cumprir com sua missão. Caracterizava-se, assim, uma situação em que a maioria dos empresários da indústria pensava no imediato, mas frações desse empresariado, as elites orgânicas, entendiam que o trabalho era de longo prazo.

Em 1975, Jacy Montenegro Magalhães<sup>3</sup> assumiu a direção do Instituto em meio a uma profunda crise financeira, o que obrigou à revisão dos projetos, da estrutura do Instituto e, por fim, gerou um debate acerca da própria existência do IEL. Entre as medidas tomadas, o corte de 50% do pessoal atingiu diretamente a capacidade de realização de projetos e comprometeu a ação do IEL. Críticas à gestão anterior também foram feitas, principalmente ao fato de ter assumido encargos não vinculados aos objetivos do Instituto. Restrições foram feitas quanto à cessão de bolsas de estudo, que deveriam

2 O Conselho Superior do IEL era formado, no início, pelo presidente da CNI, pelos diretores nacionais do Sesi e do Senai, pelo Diretor Geral do IEL e por conselheiros escolhidos da estrutura da CNI.

3 Empresário de Santa Catarina e 2º Diretor Geral do IEL.

4 Ocupou o cargo de dirigente do IEL de 1980 à 1986. Doutor em Filosofia, Bacharel em Direito e Licenciado em Filosofia e diplomado em Ciências Sociais. Em 1951, ingressou na antiga Universidade do Distrito Federal (hoje UERJ), tornando-se professor catedrático. Foi presidente da Comissão de Planejamento da UERJ. Exerceu ainda a chefia dos Departamentos de Filosofia e Cultural. Em 1952, começou a lecionar Filosofia na PUC/RJ e na Universidade Santa Úrsula. Foi membro dos quadros da ESG e da ADESG. É Presidente da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos e do Centro Dom Vital. Integrou os Conselhos Federais de Educação e de Cultura.

5 Entre eles, o Seminário Internacional sobre Educação e Trabalho, o Seminário sobre Negociação e Relações de Trabalho, o Seminário Nacional sobre a Renovação da Empresa e o Seminário Nacional sobre o Programa Grande Carajás.

ficar a cargo da empresa e não da entidade mediadora do estágio. No entanto, no final de sua gestão, em 1980, a situação não era melhor no instituto. Os problemas de financiamento tornavam a dependência de recursos da CNI, do Sesi e do Senai uma situação difícil de ser sustentada, gerando críticas à ação do instituto e pondo em dúvida sua capacidade no sistema CNI. Em reuniões do Conselho Superior do Instituto, nesse período, foi mencionada a necessidade de que fossem ampliadas as fontes de financiamento do IEL, notadamente por meio de convênios com o MEC. O período foi de crise de identidade e de ausência de definições acerca de qual deveria ser o papel do IEL no sistema CNI.

No início da década de 1980 ocorrem novas mudanças no instituto. Assume a direção, o professor universitário Tarcísio Meirelles Padilha<sup>4</sup>. Apresentado por Albano Franco como conhecedor dos caminhos que poderiam facilitar a aproximação do IEL com a universidade, o novo diretor tinha como objetivo maior transformar o Instituto em um centro de altos estudos, produtor de análises e de políticas de ação para o empresariado. O objetivo principal do instituto passa a ser o entendimento da conjuntura nacional, marcada pelo enfraquecimento do regime militar e pelo surgimento dos movimentos sociais nas grandes cidades, notadamente o sindical operário na região do ABC em São Paulo. Para tanto, a elaboração e realização de diversos seminários<sup>5</sup> foi o caminho privilegiado.

Os seminários consumiram a maior parte dos recursos do instituto, provocando o esvaziamento dos Núcleos Regionais e o descontentamento nas federações estaduais da indústria. Gerou também um processo interno de críticas à estratégia nacional do IEL e tornou-se uma das razões para que, vezes que defendiam o retorno de um empresário à direção do Instituto ganhassem espaço.

Durante toda sua gestão (1980-1986) Padilha sofreu pressão das bases estaduais para tratar com mais atenção as demandas regionais. O que pode ser inferido desse processo é que a estratégia de tornar o IEL um centro de

estudos, capacitado a contribuir na determinação dos rumos da CNI, não era consenso entre os empresários que possuíam representatividade política e assento no sistema CNI. Em razão dessa divergência, a estratégia de ação das elites orgânicas foi, nesse momento, derrotada e a perspectiva de longo prazo estabelecida por Padilha e seu grupo de apoio vencida pelo pragmatismo de seus críticos. A gestão de Padilha foi o momento em que o instituto esteve mais próximo de se constituir em uma instituição orgânica da burguesia industrial, pois havia uma proposta e ações que caminhavam nessa direção.

A escolha do empresário Oswaldo Vieira Marques para diretor geral significou uma nova etapa na estratégia de ação e inserção do IEL no sistema CNI e representou a vitória das teses que defendiam o pragmatismo e uma maior proximidade aos interesses imediatos da indústria. Durante sua gestão ocorreu a assinatura do protocolo CNI/CRUB<sup>6</sup>, momento de grande importância na história do instituto e que determinaria suas ações até a virada para os anos 90. A enorme expectativa gerada pelo convênio mostrou-se muito maior que os resultados obtidos. Embora o protocolo tenha permitido a abertura de portas nas universidades e, conseqüentemente, maior possibilidade no desenvolvimento das ações do IEL no espaço público, seus resultados foram limitados. Em 1989, com a criação da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o CRUB tornou-se o principal meio de expressão dos dirigentes das Universidades Federais, dificultando as ações do IEL para agir de forma mais orgânica. As possibilidades de articulação do IEL com as instituições públicas sofreram, assim, um profundo processo de esvaziamento. O instituto entrou em um longo processo de burocratização e dispersão de recursos, sem um projeto mais bem articulado de ação. Um retorno aos anos iniciais, quando a dificuldade financeira e o amadorismo determinavam suas ações.

No início da década de 1990, novos ventos conduziram o instituto. No rastro da crise econômica, e diante de um processo de abertura econômica que expôs as fragilidades da indústria nacional, surgiu um amplo espaço para

6 A partir desse momento, o acesso do IEL e sua ação às universidades foram facilitados em razão do estreitamento das relações entre membros do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e o Instituto. Vários encontros e reuniões entre professores, dirigentes de Universidades e membros do IEL foram realizados. Grande parte das sugestões surgidas nesses encontros foi incorporada e passou a direcionar a conduta do IEL nos anos seguintes.

a propaganda e disseminação das teses da qualidade total. Nesse contexto, uma das ações desenvolvidas pelo Instituto, em busca de construir uma nova identidade e direcionar os caminhos para a consolidação de seus objetos, foi o Programa IEL de Competitividade Industrial, lançado em 1990 (cf: IEL, 1991a). Divulgando pelos quatro cantos do País, os benefícios da Pedagogia da Qualidade Total, o instituto procurou demarcar seu espaço de ação e a importância no sistema CNI, realizando ações conjuntas com o Senai e com as federações estaduais.

Para os empresários, o desenvolvimento econômico do País dependia do aumento da capacidade competitiva das empresas nacionais que, por sua vez, precisavam estabelecer critérios de qualidade para a produção e oferta de seus serviços. Para a CNI, todo esse processo girava em torno da realização de um conjunto de reformas e de políticas públicas que possibilitassem a diminuição do custo Brasil, tornassem o crédito mais barato aos empresários e, principalmente, gerassem as condições para o aumento da escolaridade do trabalhador. Competitividade passou a ser defendida como o resultado da diminuição de custos operacionais e da utilização de novos processos tecnológicos. Na análise do IEL não bastava mais exercer influência nas ações das universidades e de seus centros de pesquisa. Implicava agora direcionar todo o processo de produção de conhecimento, gerado, principalmente, com recursos do fundo público, para os interesses estratégicos da indústria. A defesa que passam a fazer da reforma do estado e, no caso da educação, do ensino superior, e que ganhou densidade histórica com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), incorpora o discurso da qualidade, da competitividade, da empregabilidade como demandas nacionais, caracterizando a defesa de seus interesses particulares como os interesses da nação.

A disseminação de idéias, centradas na qualidade e na tecnologia, determinou todas as ações do IEL na década de 1990. Nesse caso, o trabalho desenvolvido pelo Instituto foi importante no processo de legitimação do discurso da CNI, à medida que envolveu diversas instituições empresariais que

agiram e interferiram em diversos departamentos e centros de pesquisa nas Universidades e contam com o apoio de diversas agências governamentais. Contribuiu também para que conceitos como empreendedorismo, incubadoras de empresas e empresas júnior passassem a fazer parte do cotidiano e dos currículos das universidades (cf: IEL, 1991b; 1992; 1994) e para que se solidificasse uma proposta política de universidade, prestadora de serviços e mercantilizada, traços marcantes das reformas encaminhadas no governo de FHC na década de 1990.

O governo de FHC se institui em um momento em que as condições políticas para a reforma do Estado eram mais favoráveis. No início desse período, ocorreu a reestruturação produtiva realizada no Brasil. Neste contexto, empresários, políticos dos três poderes e intelectuais, em suas diversas instâncias, e universidades uniram-se em torno deste movimento como se ele fosse o caminho único para a salvação nacional, no contexto da integração orgânica e sem preparação do País à perversa mundialização do capital, num duplo processo de sua expansão e entrada nos interstícios das relações sociais que ainda preservam algum traço de condição humana.

O Governo FHC teve no centro de suas propaladas propostas políticas a construção e o fortalecimento da cidadania e o aumento das possibilidades de emprego, projeto tornado público por meio de discursos dos reformadores ou de seus arautos com grandes espaços e tempos na mídia, mediante o alardear da construção do novo cidadão brasileiro, cujo perfil teria como pilares o modelo de competência, a empregabilidade e a participação política e social nos rumos do País, contraditoriamente em meio a uma intensa mudança institucional e à construção de uma nova organização social, isso induzido por um novo paradigma de Estado, cuja racionalidade encontrava-se vazada por valores mercantis.

Tratava-se de um projeto político muito convincente, não fosse a desfavorável conjuntura mundial e brasileira, neste último caso, com seus traços acentuados na segunda metade da década de 1990: 1) a disseminação



do novo paradigma de organização das corporações em nível mundial, 2) a desnacionalização da economia brasileira 3) a desindustrialização brasileira, 4) a transformação da estrutura do mercado de trabalho, 5) a terceirização e a precarização do trabalho, em razão de sua reestruturação, 6) a reforma do Estado e a restrição do público conjugada com a ampliação do privado, 7) a flexibilização das relações trabalhistas, 8) o enfraquecimento das instituições políticas de mediação entre a sociedade civil e o Estado, especialmente dos sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos e 9) trânsito da sociedade do emprego para a sociedade do trabalho, e 10) a tendência ao desaparecimento dos direitos sociais do trabalho.

Diante da desmobilização da sociedade civil ocorrida na década de 1980, as ações do governo foram pouco a pouco ocupando todos os espaços, ao mesmo tempo em que realizava um movimento de desqualificação de seus críticos.

Em 1996, chega ao fim a gestão de Albano Franco na presidência da CNI e no cargo de Presidente do Conselho Superior do IEL. Assumiu a direção do Sistema CNI Fernando Bezerra.

Em janeiro de 1996, é empossado no cargo de superintendente do IEL Nacional, o engenheiro Carlos Sérgio Asinelli. Essa mudança na cadeia de comando da CNI produziu alterações e ampliações nas linhas de atuação do IEL, que formam revistas. Foram criados novos programas e abertas novas perspectivas de ação para o Instituto.

O IEL é reestruturado e passa a ser um órgão de articulação de projetos e não mais de execução. Outra mudança é que o Instituto assume o papel de prestador de serviços para todo o Sistema CNI, oferecendo consultoria em projetos especiais, na elaboração de novos projetos e na busca de novas parcerias. Ainda nesse processo, os Núcleos Regionais passaram a ter maior autonomia no desenvolvimento e execução de projetos, com o IEL Nacional atuando como um consultor técnico desses Núcleos. Grande parte dessas mudanças decorreu da necessidade imposta ao Instituto pelos seus mantenedo-

res. Novamente, a questão financeira afluía e cobranças eram feitas para que o IEL procurasse criar as condições para o seu autofinanciamento, sem depender mais das contribuições da CNI, do Sesi e do Senai. Essa questão interna ao Sistema CNI nunca foi resolvida de forma consensual, sendo uma das matrizes geradoras das constantes críticas ao IEL ao longo dos anos.

No campo político, as políticas econômicas do governo de FHC, e sua lógica financeira, tornavam frágil o capital nacional, destacadamente o industrial. Em outro movimento procurava redesenhar a sociedade civil, instituindo as Organizações Não Governamentais (ONGs) e o Terceiro Setor, como interlocutores principais, transferindo deveres do Estado e direitos sociais subjetivos do cidadão para a sociedade civil. Um movimento que produziu um novo paradigma de políticas públicas: as políticas públicas de oferta a serem executadas no âmbito da sociedade civil, em geral por ONGs e empresas privadas do Terceiro Setor, que, ao lado das reformas institucionais executadas, redesenhou nossa sociabilidade, e criou condições para a produção de um novo paradigma político orientado pela instrumentalidade, a adaptação e a busca do consenso.

Nesse movimento de esvaziamento das políticas sociais e de protagonismo das ONGs, o espaço para a construção de políticas públicas, voltadas para a privatização do público, tornou-se referência. Nesse contexto, as ações do IEL ganham grande densidade, ocupando espaços e articulando ações no contexto da universidade pública como jamais conseguira. O discurso do empreendedorismo, marca registrada do instituto, ganha dimensão e densidade nos espaços formativos públicos e seus programas de qualidade e de competitividade passam a orientar ações, pesquisas e planos de ensino. Todo um contexto de mercantilização do público, mediante a incorporação da lógica do privado, passa a compor as políticas para a educação pública, notadamente para o ensino superior.

Nos anos recentes, o intuito de estreitar os laços com a indústria é de disseminar na Universidade os valores da livre empresa. Tal processo,

levou várias instituições de ensino a publicar, em coautoria com várias instituições de ensino, uma série de revistas com o objetivo de discutir a temática Relação Universidade–Indústria. Ampliou também sua ação na Universidade, disseminando cursos sobre empreendedorismo, sobre o desenvolvimento de incubadoras de indústrias e sobre as empresas júnior. Conseguiu também que um representante do MEC passasse a fazer parte do Conselho Nacional do Instituto.

## 5 Considerações finais

Este artigo iniciou-se com base na hipótese de que o IEL teria se constituído, ao longo do tempo, em uma instituição orgânica da burguesia industrial. Conseguiu o IEL efetivamente cumprir os objetivos iniciais propostos pelos seus fundadores?

Pensar as ações do IEL, ao longo do tempo, e verificar seus resultados implica considerar que a relação universidade-empresa não despertava maiores entusiasmos de grande parte do empresariado, tendo em vista o fato de que a indústria operava em bases fordistas e com relativa proteção da concorrência externa.

As ações iniciais do Instituto, no contexto do fordismo, foram orientadas mais pelo voluntarismo e pragmatismo. Respondiam às necessidades postas pela burguesia ao momento político, como o controle dos movimentos políticos e da universidade pública. No entanto, as ações do IEL no final da década de 1980 e início dos anos 1990 precisam ser compreendidas em um novo contexto. Esse momento representa para o Instituto o início de um caminho em que as ações pragmáticas e voluntaristas e as ações orgânico-ideológicas articulam-se e passam a criar as condições para que o Instituto caminhe na direção para se constituir em importante instituição orgânica da burguesia. De um modo geral, o Instituto chegou ao fim da década de 1990

sinalizando, de forma mais esclarecedora, qual era o seu papel e seu objetivo no sistema CNI.

Voltando à questão inicial: conseguiu o IEL tornar-se uma instituição orgânica da burguesia? Entendo que tem caminhado nesse sentido. Os descaminhos que marcam sua trajetória não podem ser vistos apenas como fraqueza, mas como reflexo das lutas internas entre os diferentes interesses da burguesia industrial. Nesse contexto de embates, as elites orgânicas podem, em vários momentos, ser secundarizadas e até derrotadas, mas elas acabam prevalecendo no longo prazo. A sobrevivência do Instituto, ao longo dos anos, comprova que as teses dos empresários mais orgânicos acabaram prevalecendo.

#### WORK AND TRAINING IN VIEW OF THE INDUSTRIAL BOURGEOISIE

This article aims to present research findings on the relationship between university and company, being analyzed from the history of an organic institution of the bourgeoisie, the Euvaldo Lodi Institute, established in 1969 and financially supported by the National Confederation of Industry (CNI in Portuguese). We intend to show the Institute as a part of a bigger bourgeoisie movement, bringing influence to public politics definition in order to transform the university into a place that attends industry interests. Considering a Gramsci's perspective of the organic intellectual, the research analyzes transformation both in the Institute directors' discourse and in their speech in different times and its relation with changes in CNI board of directors and with the country's political circumstances. Finally, it shows how the Institute has participated during 1990 decade, the dissemination of Total Quality Education theory time, delineating a new approach and redefining their praxis and action.

**KEY WORDS:** Bourgeoisie. Education. Organic intellectual. Public politics.

## Referências

ANTONACCI, M. A. M. *A vitória da razão? O Idort e a sociedade paulista*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1993. 286p.

CARVALHO, C. *A relação universidade empresa na perspectiva da burguesia industrial* – O Instituto Euvaldo Lodi. 2003. 207f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

DREIFUSS, R. A.. *A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classes. Petrópolis: Vozes, 1981, 899p.

INSTITUTO EUVALDO LODI.. *Princípios que nortearam a criação do Instituto e os fundamentos da sua filosofia de ação*. Rio de Janeiro: IEL, 1969, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Estratégia de ação*. Rio de Janeiro: IEL, 1969b, mimeo.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nós convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969. 248p.

NASCIMENTO E SILVA, L. G. Fundamentos para uma política educacional brasileira. In: IPES. *A educação que nós convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, 248p.

PAIVA, G. Apresentação. In: IPES. *A educação que nós convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969,

RIBEIRO, P. A de Estrutura do sistema educacional. In: IPES. *A educação que nós convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, 248p.

Recebido em 15 set. 2009 / Aprovado 07 dez. 2009

### Para referenciar este texto

CARVALHO, C. do P. F. de. Trabalho e formação na perspectiva da burguesia industrial. *EccoS*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 549-568, jul./dez. 2009.